

APONTAMENTOS SOBRE CRIANÇAS DA AMAZÔNIA E PESQUISAS COM CRIANÇAS

Marileia Pereira Trindade¹

Resumo: O interesse deste artigo são as crianças da Amazônia e as pesquisas com crianças realizadas na região. Examinam-se de modo específico as crianças da Região Norte do Brasil a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estudo organiza-se com base em pesquisa bibliográfica e documental. A análise aponta a contribuição das pesquisas com crianças para os estudos científicos, dado o valor das interpretações das crianças sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Mas as pesquisas com crianças na Amazônia enfrentam desafios: a imensidão do território amazônico e a diversidade das crianças inseridas em uma multiplicidade de contextos sociais.

Palavras-chave: Crianças. Amazônia. Pesquisas com crianças.

NOTES ABOUT CHILDREN FROM AMAZONIA AND RESEARCHES WITH CHILDREN

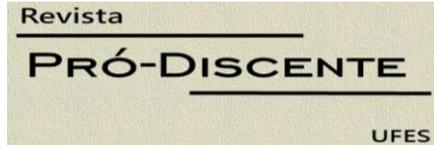
Abstract: This article focuses on children from Amazonia and researches with children in this region. Children from north of Brazil are examined based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The study is organized around bibliographic and documentary research. The analysis points to the contribution of researches with children in scientific studies, given the value of the interpretations of the children about themselves, about other people, and about the world. However, researches with children in Amazonia face challenges: the huge Amazon territory and the diversity of the children inserted in a multiplicity of social contexts.

Keywords: Children. Amazonia. Researches with children.

1 INTRODUÇÃO

O interesse deste artigo são as crianças da Amazônia e as pesquisas com crianças realizadas na região. Examina as crianças da Região Norte do Brasil, com base em dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aponta algumas perspectivas das pesquisas com crianças na Amazônia. As fontes consultadas, neste estudo,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA). Professora da Faculdade de Educação, Campus de Altamira da UFPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Criança, Infância e Educação Infantil (IPê). E-mail: <marileiatrindade@gmail.com>.



foram produções bibliográficas e documentais nacionais e internacionais que tratam sobre crianças e pesquisas com crianças, além de experiências particulares do contexto amazônico.

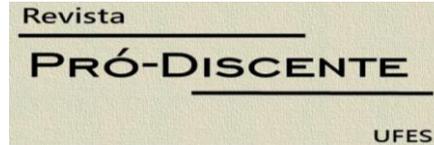
Na literatura acadêmica, comumente se associam os termos “criança” e “infância”. Da mesma forma, neste artigo, admite-se que os significados de criança e infância estão inter-relacionados, seguindo Corsaro (2011). Para o autor, as crianças são agentes sociais e a infância é o período em que as crianças vivem suas vidas. Portanto, a infância é vivida pela criança. Logo, os termos “criança” e “infância” são intrinsecamente relacionados.

Por convivermos com crianças ou por fazermos referências a elas, podemos ser levados a acreditar que as conhecemos o bastante, posto que “a presença das crianças é tão óbvia”, como destaca Trevisan (2015, p. 143). Entretanto, se nos ativermos a conclusões como essa, é provável que tenhamos dificuldade de perceber a criança a partir do inesperado, da surpresa, da dúvida, do aprendizado, como se a percebêssemos pela primeira vez, como sugere a autora.

Não é tarefa simples conseguirmos afastar-nos de nossas definições prévias das crianças, para vê-las a partir de outras perspectivas – como a da própria criança: “[...] os distanciamentos que deveremos conseguir no estudo da Infância são difíceis e exigem uma vigilância constante – da criança que já fomos, ou da que gostaríamos de voltar a ser quando, finalmente, somos grandes” (TREVISAN, 2015, p. 143).

Isso posto, devemos, então, refletir constantemente sobre as crianças e a sua infância delas, fazendo o devido exercício de nos distanciarmos da criança que fomos, da(s) criança(s) que conhecemos mais de perto, das crianças sobre as quais lemos, das crianças sobre as quais discutimos etc., com a finalidade de olhar para as crianças como se fosse a primeira vez. Mesmo sabendo ser difícil olhar a criança sem nossas definições prévias, concordamos que precisamos “desenvolver pesquisas imaginativas que permitam esse olhar renovado da Infância” (TREVISAN, 2015, p. 144).

Esse novo olhar sobre a infância pode advir de nossas aproximações aos pontos de vista das crianças, quando nos dedicamos a compreender o que elas comunicam por meio de suas falas, de seus silêncios, de seus gestos, de suas brincadeiras, de suas risadas, de seus choros, enfim, de suas diversas linguagens. Por isso, as pesquisas com crianças visam conhecer o ponto de vista das crianças, considerando-as como sujeitos do conhecimento, isto é, sujeitos participantes de estudos científicos.



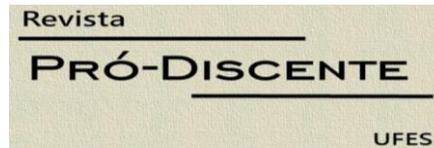
Perceber as crianças com um novo olhar também demanda a observação de suas diversidades no contexto em que vivem. Isso implica constatar que as crianças não são unas; por isso, os olhares lançados sobre elas não podem esgotar-se, nem ter caráter universal.

É importante discutir a respeito das crianças a partir de suas condições reais de vida. São, pois, urgentes as discussões a respeito da diversidade das crianças, de suas peculiaridades de vida com base nos mais variados contextos sociais, para não se incorrer em generalizações nos estudos das crianças.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), a definição etária para as crianças corresponde às idades de 0 a 11 anos. Essa é uma característica geral que se aplica às crianças brasileiras. Por outro lado, as crianças, nessa faixa etária, têm inúmeros atributos que as distinguem umas das outras. Crianças de 0 a 11 anos precisam de cuidados, brincam, choram, riem, brigam, fazem as pazes, frequentam creches, pré-escolas, escolas etc. Se, por um lado, tais características podem aproximar as crianças, por outro, existem aspectos que as diferenciam entre si, em função de suas experiências sociais, de seus traços biológicos, seus gêneros, suas famílias, seus credos religiosos, os lugares onde vivem, entre outros atributos que fazem as crianças serem tão diferentes (GARCIA, 2002).

Desse modo, quando buscamos compreender quem são as crianças, as ciências, as religiões, as manifestações culturais, as experiências sociais, entre outras fontes, “alimentamos com ideias, sentimentos e experiências” sobre as crianças. Em cada âmbito, podemos encontrar respostas preciosas a respeito das crianças, contudo serão respostas parciais. Por outro lado, é possível que “a articulação e o encaixe das muitas e diversas percepções e afirmações” sobre a criança possibilitem “construir uma visão holística” sobre ela; contudo, “as explicações não alcançam toda a dimensão dessa pessoa, que continua sendo uma interrogação” (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 9-10).

A busca de respostas sobre quem são as crianças pode ampliar nosso modo de vê-las. Considerando os múltiplos contextos e situações das vidas dessas pessoas, podemos exercitar o olhar para distinguir as diversas crianças: idealizadas, discriminadas, adotadas, criadas em orfanatos, abandonadas, violentadas, viciadas, doentes; crianças do campo e da cidade, ribeirinhas, indígenas, quilombolas; crianças de rua, crianças que trabalham, crianças que vivem somente com a mãe, crianças que vivem somente com o pai etc. (FRIEDMANN, 2014).



Portanto, a multiplicidade de crianças está ligada às condições em que vivem. Sendo assim, pode-se dizer que “a criança, ou as crianças, são diferentes em diferentes momentos e contextos, e o resgatar desse conhecimento é uma tarefa fundamental da pesquisa” (TREVISAN, 2015, p. 144). É um desafio constante ampliar os significados que socialmente construímos sobre as crianças, por vezes cristalizados, os quais não nos permitem perceber a diversidade do mundo infantil.

Com relação à Amazônia, Santos e Oliveira (2018, p. 162) afirmam que nesse território existe uma pluralidade de sujeitos: “ribeirinhos, quilombolas, camponeses, indígenas, entre outros, que vivem em um contexto geográfico biodiverso e complexo (terra, mata, igarapés, rios, plantas, animais, recursos minerais etc.)”. Nesse sentido, as autoras destacam que as pesquisas com crianças na Amazônia contribuem para mostrar “como vivem as crianças nos diferentes contextos socioculturais [...]” (SANTOS; OLIVEIRA, 2018, p. 162) e o modo de ser criança nesses contextos.

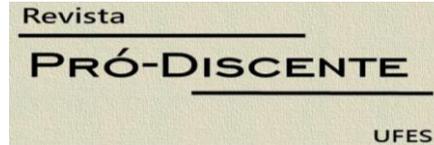
Ciente das muitas formas de vida das crianças, o artigo propõe uma reflexão particular sobre crianças que vivem na Amazônia, com destaque para a Região Norte do Brasil. A princípio, é abordada a situação de tais crianças com base em dados estatísticos do IBGE. Em seguida, discorre-se sobre as pesquisas com crianças no contexto amazônico.

2 CRIANÇAS DA REGIÃO NORTE COM BASE EM DADOS ESTATÍSTICOS

A Região Norte do Brasil é formada por sete estados: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins. Juntos, esses estados formam uma área de 3.853.840,882 km², equivalente a cerca de 45% do território brasileiro (8.515.759,090 km²), o que faz essa Região ser maior em extensão territorial do que as demais (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Todos esses estados pertencem ao território da Amazônia Legal².

O território amazônico é conhecido pela grandeza de sua floresta e pela variedade de sua população (SOUSA; PEZZUTI, 2017; VERÍSSIMO, 2013), mas também pelos inúmeros impactos ambientais (BECKER, 2005) e pelos muitos conflitos ligados à precarização do trabalho (MAMED; LIMA, 2015). Nesse território, há igualmente um processo de

² De acordo com o IBGE, a Amazônia Legal, com extensão de aproximadamente 5.020.000 km², é composta pelos estados da Região Norte, pelo Estado de Mato Grosso e por municípios do Maranhão localizados a oeste do meridiano 44° O.



urbanização, com o crescimento da metropolização das grandes cidades (VELOSO; TRINDADE JÚNIOR, 2014), entre outras dinâmicas sociais latentes na Amazônia.

Além disso, a Amazônia é um território em que se transita entre contextos tradicionais e outros advindos de processos de transformações sociais e ambientais. Trata-se de um território marcado também por inúmeras disputas políticas (BECKER, 2005) e pela invisibilidade da população. Fraxe, Witkoski e Miguez (2009, p. 30) afirmam que

a Amazônia é (re)conhecida internacionalmente por suas paisagens exuberantes e continentais, nas quais o homem configura como parte indissociável, quase imobilizado no âmago da natureza, como se fosse possível a existência no mundo contemporâneo de uma natureza intocada. Neste processo, a história do homem na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e velam os traços configurativos da sua identidade. Desse modo, adentrar o universo identitário dos povos amazônicos implica considerar um mundo de ambiguidades, trata-se de percorrer caminhos que se cruzam e se contrapõem, mascaram diferenciações sociais que têm entravado processos de emancipação social e política.

É impossível descrever a Amazônia como um território de natureza intocada, imobilizada ao longo dos tempos. Há que se considerar que a região está conectada ao mundo, sobretudo graças às grandes redes de telecomunicações, que se articulam no âmbito local, nacional e global (BECKER, 2005). Nesse cenário, nos caminhos que se cruzam e se contrapõem, em meio a identidades e ambiguidades, inserem-se as crianças amazônicas.

As crianças estão entre os grupos populacionais alvos de atenção na época contemporânea; contudo, os benefícios sociais e políticos para esse grupo populacional nem sempre possuem a mesma proporção de destaque, como veremos a seguir.

De acordo com o Censo demográfico 2010 do IBGE (2011), as crianças de 0 a 11 anos de idade correspondem a 24,64% da população total da Região Amazônica, percentual assim distribuído conforme a idade: 9,79% têm de 0 a 4 anos; 10,34%, de 5 a 9 anos; 2,34% têm 10 anos e 2,17%, 11 anos. Portanto, uma parcela da população dessa região é formada por crianças.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 (IBGE, 2015) organizou dados da população residente incluindo os grupos de idade: de 0 a 4 anos, de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos. O quadro 1 apresenta a quantidade de crianças da Região Norte de acordo com esses grupos de idade, em relação a um ranking nacional do quantitativo de crianças. O último grupo (de 10 a 14 anos) envolve crianças e adolescentes. Embora os

adolescentes não sejam o foco de análise deste artigo, apresenta-se esse grupo etário, por abranger as crianças de até 11 anos de idade.

Quadro 1 – Ranking da população residente por grupo de idade

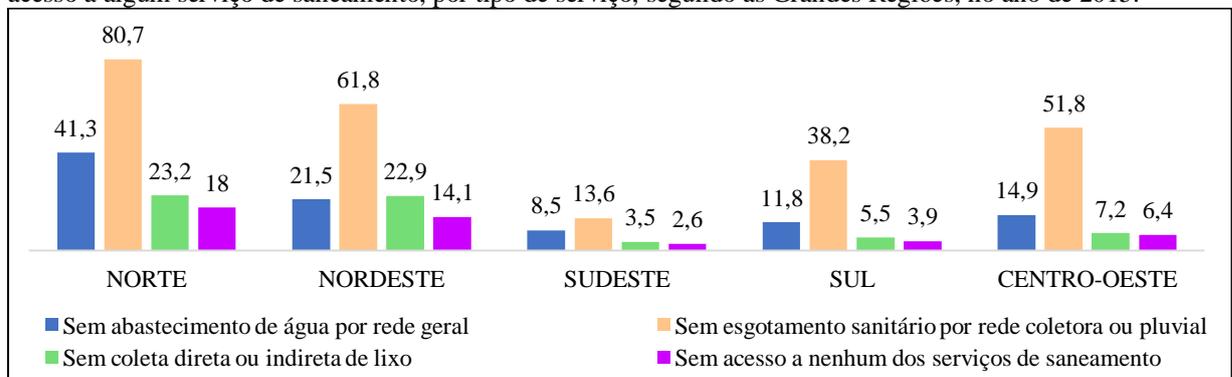
De 0 a 4 anos			De 5 a 9 anos			De 10 a 14 anos		
Posição	Estado	%	Posição	Estado	%	Posição	Estado	%
1º	Acre	9,7	1º	Amapá	10,5	1º	Roraima	11,2
2º	Amazonas	9,0	3º	Amazonas	9,6	3º	Amazonas	10,3
3º	Amapá	8,6	4º	Acre	9,5	4º	Amapá	10,2
5º	Roraima	8,0	5º	Pará	9,4	5º	Acre	9,8
7º	Rondônia	7,4	6º	Roraima	9,3	7º	Pará	9,6
9º	Pará	7,2	7º	Rondônia	8,1	9º	Tocantins	9,1
10º	Tocantins	7,1	9º	Tocantins	8,0	15º	Rondônia	8,4

Fonte: Elaborado pela autora (2015). Adaptado de IBGE (2015).

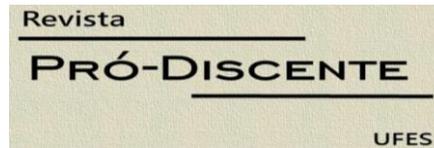
São cinco os estados do Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia) que estão entre os sete primeiros lugares no ranking da população residente de 0 a 4 anos. No grupo de 5 a 9 anos, seis estados do Norte (Amapá, Amazonas, Acre, Pará, Roraima e Rondônia) estão entre os sete primeiros lugares. No grupo de 10 a 14 anos, cinco estados do Norte (Roraima, Amazonas, Amapá, Acre e Pará) estão entre os sete primeiros lugares. Em todos os grupos, o primeiro lugar nesse ranking foi ocupado por estados do Norte. Portanto, é expressivo o número de crianças na Amazônia em um comparativo nacional.

No que se refere à situação socioeconômica das famílias das crianças da Amazônia, elevados percentuais sinalizam contextos de precariedade. Em 2015, a Região Norte apresentou os maiores percentuais de crianças de 0 a 4 anos que residiam em domicílios sem acesso a abastecimento de água por rede geral (41,3%), a esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (80,7%) e a coleta direta ou indireta de lixo (23,2%). Foi ainda a região “com o maior percentual de crianças em domicílios sem acesso a nenhum desses três tipos de serviço [...]” (IBGE, 2016, p. 40). A figura 1 detalha esses dados.

Figura 1 – Proporção de crianças de 0 a 4 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes sem acesso a algum serviço de saneamento, por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões, no ano de 2015.



Fonte: IBGE (2016).



Sabe-se que “condições adequadas de habitação [...] são importantes, não só para a redução da subnutrição e da mortalidade infantil, como também para o desenvolvimento saudável das crianças” (IBGE, 2017, p. 25). Diante dos dados apresentados (figura 1), podemos imaginar as condições de habitação de inúmeras crianças amazônicas, vivendo em domicílios com estrutura precária de higiene e de saneamento, o que tende a ameaçar a saúde delas.

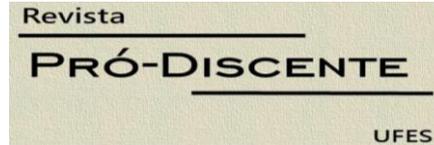
As condições sociais e políticas em que vive a criança desde seu nascimento refletem o nível de preocupação que se tem com o ser humano no início da vida e, conseqüentemente, com suas expectativas ao longo dos anos. Assim, um país que se preocupa com as crianças desde seus primeiros anos de vida, certamente, estará contribuindo para o bem-estar desses sujeitos no presente e no futuro.

Vejamos agora dados sobre as crianças que estão no início da vida. O documento *Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade*, publicado em 2017 pelo IBGE com base na PNAD de 2015, apresenta informações sobre as crianças brasileiras e, também, sobre as que vivem na Amazônia.

Segundo esse documento, o número de crianças com menos de 4 anos de idade foi estimado pela PNAD de 2015 em 10,3 milhões (5,1% da população residente). Essa população foi identificada “em 13,7% dos domicílios do País, atingindo proporção maior na Região Norte (18,2%) e valores menores nas Regiões Sudeste (12,3%) e Sul (12,2%)” (IBGE, 2017, p. 24). Novamente, o quantitativo de crianças da Amazônia é maior do que no restante do país.

Quanto ao local de permanência dessas crianças, “em 2015, das [sic] 10,3 milhões de crianças de menos de 4 anos de idade no País, 84,4% (8,7 milhões) normalmente permaneciam, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa” (IBGE, 2017, p. 29). Na Região Norte, esse percentual era de 90,5%, enquanto, “nas demais regiões, esse valor variava de 83,2%, no Nordeste, até 86,5%, no Centro-Oeste” (IBGE, 2017, p. 29). Os locais de permanência dessas crianças, no período diurno, eram os seguintes:

[...] no domicílio em que residiam, em outro domicílio, e em outro local (creche, escola, outra instituição ou local). Das [sic] 8,7 milhões de crianças que normalmente permaneciam, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa: **78,6 % (6,8 milhões) ficavam no domicílio em que residiam; 4,4% (380 mil), em outro domicílio; e 17,1% (1,5 milhão), em outro local – creche ou escola com 16,6% (1,4 milhão), e outra instituição ou local, com 0,5% (42 mil)** [...] (IBGE, 2017, p. 30, grifo nosso).

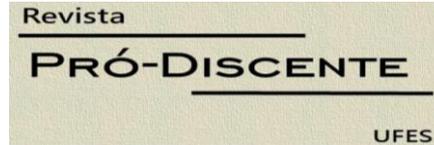


O Norte e o Nordeste foram as regiões com predomínio de crianças que permanecem nos domicílios em que residiam: 93,2% e 88,3%, respectivamente (IBGE, 2017). Os lares das crianças, desde que possuam boas condições físicas e neles se desenvolvam relações sociais favoráveis, são um dos melhores espaços de convivência das crianças, pois são seus espaços de referência. Contudo, é importante que elas tenham acesso a outros ambientes a fim de ampliarem suas experiências socioculturais, visto que as crianças também se desenvolvem com base nas relações e nos desafios propostos pelos mais variados ambientes (BORGES; FLORES, 2016).

Dos dados sobre os locais de permanência das crianças, principalmente na Região Norte, é possível inferir que as experiências sociais desses sujeitos são restritas. Até os lugares mais prováveis de convivência para além do lar, as creches e pré-escolas, são frequentados por uma parcela mínima de crianças. Das crianças que permanecem na creche ou na escola no período da manhã e da tarde, que somavam 1,4 milhão (16,6%), no Brasil, a maior quantidade estava nas regiões Sul (26,6%) e Sudeste (24,2%) e as menores quantidades no Nordeste (7,6%) e no Norte (4,6%) (IBGE, 2017). As diferenças regionais acentuam-se e indicam que muitas crianças da Amazônia não frequentam creches e pré-escolas.

Creches (para crianças de 0 a 3) e pré-escolas (para crianças de 4 a 5 anos) integram a educação infantil no Brasil, que corresponde à primeira etapa da educação básica escolar. A oferta de creches e pré-escolas vinculou-se, historicamente, à alternativa de “liberação da mulher para o mercado de trabalho”. Hoje, contudo, discute-se que a creche e a pré-escola têm a finalidade de oferecer cuidado e educação para as crianças, não estando mais restritas a uma condição de assistencialismo (KAPPEL; CARVALHO; KRAMER, 2001, p. 36).

Existe entre os estudiosos da infância “a compreensão mais generalizada da complementaridade do cuidado e da educação em cada gesto de atenção que se presta a uma criança” (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 13). Considera-se “que a criança é um todo, que o físico, o social, o emocional e o intelectual são [...] aspectos de um ser único e integral e que um não se realiza bem sem os outros” (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 13). Nessa perspectiva, discute-se que as creches e pré-escolas são espaços de cuidado e educação. Em outras palavras:



avança-se na compreensão de que tudo o que se faz em cuidado está transmitindo valores, estilos de relacionamento, formando a autoestima da criança, dando-lhe experiências e elementos para construir determinada visão de mundo, de si mesma e do outro. Ora, isso é, essencialmente, educação. Simultaneamente, avança-se na compreensão de que tudo o que se faz em educação é, na essência, um ato de cuidado, um olhar de zelo pelo bem-estar completo da criança, isto é, para que ela cresça sadia e seja feliz, o que implica se desenvolver física, social, emocional e intelectualmente (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 13).

Com essas finalidades, as instituições educativas são imprescindíveis para o cuidado e a educação de crianças. Assim, as “creches e pré-escolas são instituições de educação infantil a que todas as crianças [...] têm direito” (KAPPEL; CARVALHO; KRAMER, 2001, p. 36), por isso é preocupante a baixa quantidade de crianças em creches e pré-escolas na Amazônia.

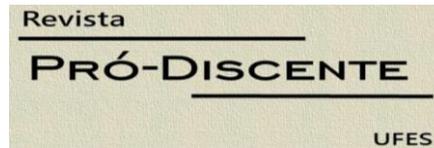
É imprescindível que o acesso das crianças a esses estabelecimentos seja garantido pelas políticas educacionais. Há que se considerar que a frequência das crianças em espaços de educação infantil “também inclui ser cuidado e ter necessidades básicas atendidas” (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 57). O mesmo deveria estender-se para as primeiras séries do ensino fundamental, que também agregam crianças. Nessa perspectiva de cuidado, educação e atendimento de necessidades básicas, além de outras contribuições da educação escolar, frequentar essas instituições educacionais pode proporcionar muitos benefícios às crianças. Por isso, é de suma importância que um maior número de crianças possa ter acesso a creches, pré-escolas e escolas.

As estatísticas apresentadas chamam a atenção dos serviços públicos e das pesquisas científicas para a observação dos contextos de vida dessas crianças. Esses dados são uma pequena amostra do cotidiano das crianças da Amazônia, os quais sinalizam diferenças em relação aos contextos de vida de outras crianças brasileiras.

Nesse sentido, é possível reafirmar que precisamos discutir sobre as crianças a partir dos diferentes contextos em que elas vivem e a partir de outros pontos de vista, como o delas próprias. Nesse exercício, podem-se descobrir inúmeras imagens e significados que compõem o mosaico da infância e das pesquisas com crianças.

3 PESQUISAS COM CRIANÇAS

Atualmente, o campo de pesquisas com crianças tem-se fortalecido. As crianças, cada vez mais, ganham reconhecimento nas investigações científicas enquanto sujeitos que têm



muito a dizer sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Para além de outros sujeitos que compartilham suas interpretações sobre a criança nas pesquisas – como os adultos – reconhece-se a criança como sujeito privilegiado para falar de si própria, de suas experiências e do contexto em que se insere.

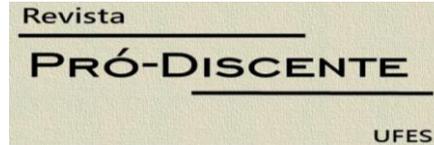
Cada vez mais se intensificam estudos que enfatizam a importância de ver as crianças com os olhos de criança, de apreendê-las a partir de suas próprias interpretações, muitas vezes obscuras aos olhos de um adulto (DORNELLES; FERNANDES, 2015; MARTINS FILHO; PRADO, 2011; MÜLLER; CARVALHO, 2009; SARMENTO, 2015).

Com o avanço do reconhecimento da criança enquanto sujeito nos processos de pesquisa, considera-se que, na era contemporânea, “a participação infantil é [...] um princípio incontornável nos discursos científicos e políticos que são produzidos acerca da infância” (SOARES; SARMENTO; TOMÁS, 2005, p. 54). Esse reconhecimento, no entanto, é recente, posto que a participação das crianças em pesquisas não constitui uma tradição científica. Por muito tempo, “mais do que qualquer outro grupo social, nas ciências sociais e humanas, as crianças foram constituídas como simples objecto de conhecimento” (SOARES; SARMENTO; TOMÁS, 2005, p. 51). Isso significa que se discutia *sobre* as crianças – enquanto objeto de conhecimento – mas elas não eram reconhecidas como “sujeitos de conhecimento”, ou seja, enquanto sujeitos nas investigações (SOARES; SARMENTO; TOMÁS, 2005, p. 53-54).

Apesar dos avanços nas pesquisas científicas, no sentido de perceber a criança mais de perto, a partir dela mesma, ainda predomina “uma orientação epistemológica que se relaciona com as crianças como se elas fossem desprovidas de capacidade de reflexão” (SOARES; SARMENTO; TOMÁS, 2005, p. 52), principalmente aquelas com pouca idade, como se suas ações não tivessem sentido ou fossem simples reflexos das ações dos adultos.

Nos estudos das crianças, recorrentemente o adulto é o porta-voz dos significados que envolvem as vivências infantis. Sabemos, porém, que o olhar do adulto sobre as crianças não é suficiente para explicar suas manifestações.

Lee (2010, p. 46-47) ressalta que o ponto de vista do adulto é importante, mas não consegue explicar a riqueza das manifestações e interpretações infantis. O autor enfatiza que os adultos não sabem tudo sobre as crianças. Se o contrário fosse, “então o silêncio das crianças provavelmente não seria problema algum”, pois, “sob tais condições, os adultos sempre saberiam do que as crianças precisam, talvez antes de elas mesmas saberem; teriam



plena compreensão dos erros e acertos no tratamento das crianças [...]”. Se os adultos soubessem tudo sobre as crianças, seria possível “aceitar que é correto que os adultos sempre sejam mediadores em nome das crianças e que as crianças sejam sempre ‘vistas e não ouvidas’”.

Como os adultos não sabem tudo o que se passa na perspectiva das crianças, é fundamental apreender suas respostas, suas interpretações. Assim, pode-se dizer que “quanto mais envolvidos estivermos com as práticas sociais das crianças e partilharmos de suas interpretações, mais poderemos evitar os riscos de interpretações descabidas acerca de seus mundos” (AGOSTINHO, 2010, p. 69).

Ao observar “o que as crianças têm a nos dizer sobre os seus modos de vida, poderemos acrescentar ao conhecimento sobre a infância elementos inovadores e respeitadores da imagem da criança” (DORNELLES; FERNANDES, 2015, p. 65). Isso pode nos conduzir ao exercício “de colocarmos em suspenso nossas certezas sobre a maneira como elas [as crianças] são vistas em nossos caminhos investigativos” (MARCELLO; DORNELLES, 2015, p. 6).

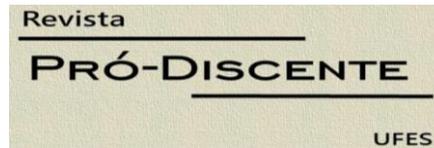
Portanto, o lugar das crianças nas pesquisas científicas passa por processos de mudança. Pode-se dizer que esse novo lugar é o de sujeitos de conhecimento. Nesse sentido, crescem as pesquisas *com* crianças, sem que se deixe de reconhecer também o valor de outras pesquisas *sobre* crianças – quando se investiga a respeito delas, mas sem envolvê-las enquanto informantes nas investigações.

Diante do reconhecimento do valor das perspectivas das crianças, constata-se que é de suma importância ampliar as discussões sobre a participação de crianças em pesquisas e ampliar a troca de aprendizagens sobre o diálogo com esses sujeitos.

Além disso, é importante refletirmos sobre as experiências de pesquisa com crianças a partir de diferentes contextos sociais, com a finalidade de salientarmos, continuamente, a pluralidade das crianças brasileiras. A seguir, as reflexões direcionam-se para as pesquisas com crianças no contexto amazônico.

4 PESQUISAS COM CRIANÇAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Conforme discorrido, o maior percentual de crianças do Brasil concentra-se na Amazônia, com destaque para a Região Norte. Esse cenário gera desafios para se alcançar as



crianças nessa imensidão territorial e ao mesmo tempo se torna um campo de demandas para os estudos científicos. Nesse território, encontramos diferentes infâncias vivenciadas por crianças da cidade, crianças das áreas rurais, crianças dos rios e florestas, crianças de assentamentos, crianças que vivenciam os conflitos políticos da região, crianças que frequentam as escolas, crianças que não frequentam as escolas, crianças que vivem em famílias com condições socioeconômicas precárias ou não etc.

Dessa forma, tanto as pesquisas *sobre* crianças, quanto as pesquisas *com* crianças na Amazônia podem revelar as minúcias do viver a infância nesse contexto. Entretanto, é importante ressaltar o quanto precisamos discutir sobre as pesquisas que têm as crianças como sujeitos do conhecimento, haja vista a trajetória recente dessas pesquisas e a riqueza das interpretações infantis.

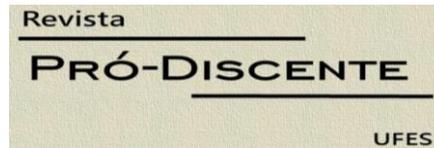
Para Lima *et al.* (2013, p. 252-4), “[...] pensar em pesquisa com crianças no contexto amazônico [...] é pensar em processo dinâmico, alternativo, na qual a flexibilidade e abertura para novas experiências precisam ser consideradas”. Nesse sentido, esse campo de pesquisa na Amazônia precisa ter em vista a pluralidade de cenários e, por conseguinte, a pluralidade de vida das crianças. Logo, presume-se o caráter dinâmico e flexível que tais pesquisas demandam.

Os dados do IBGE indicados apontaram precariedades existentes nos contextos em que vivem diversas crianças amazônicas. Sarmiento (2015) pondera que, ante contextos como esses, relativos às desigualdades sociais na infância, é importante assumir uma perspectiva crítica que envolva as opiniões das crianças na análise da realidade social.

O que uma perspectiva crítica introduz no debate é a recuperação do ponto de vista das crianças para a análise das desigualdades. Assumindo as crianças como atores sociais plenos, a mobilização das opiniões das crianças no trabalho analítico sobre as desigualdades permite ampliar o conhecimento não apenas sobre as crianças, as suas experiências e representações, mas sobre a realidade social mais ampla (SARMENTO, 2015, p. 41).

Assim, as interpretações das crianças podem revelar outras imagens das desigualdades sociais e suas percepções podem enriquecer as análises científicas sobre os contextos sociais.

Assim, é importante apresentar alguns achados de investigações que tiveram as crianças como participantes nas pesquisas. A tese de Mota (2016) analisou os significados da infância para crianças da comunidade Santa Rosa, no Amazonas, situada na fronteira entre Brasil e Colômbia. Seu estudo apontou que as crianças possuem vivências diversificadas, influenciadas pelo contexto sociocultural de ambos os países. Assim, “a infância na fronteira é **Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 12-32, jul./dez. 2019.



construída de forma ambivalente e plural” (MOTA, 2016, p. 224). Essas crianças participam, ativamente, de seus grupos sociais, cujas vivências são marcadas pela exclusão social, pelo ócio, pelo caos, pelo trabalho ilegal, pela criminalidade, apesar da existência de espaços para a brincadeira e para a diversão das crianças.

Em outra tese, elaborada por Souza (2014), analisam-se os discursos de crianças e adolescentes de escolas públicas de Belém (PA) sobre o trabalho infantil, situação que fazia parte das vivências desses sujeitos. O estudo apontou que o trabalho infantil, para os participantes da pesquisa, é sinônimo de sofrimento, de exploração; decorre das condições socioeconômicas de suas famílias, que estão em situação de pobreza; o trabalho infantil é também visto pelas crianças e adolescentes como uma alternativa de enfrentamento de tais condições de pobreza.

Para a autora, essas crianças e adolescentes amazônicos, em meio ao desgaste proveniente da exploração da mão de obra, ainda buscam formas para vivenciar o lúdico. Um desses sujeitos, que trabalhava em um lava-jato, disse o seguinte:

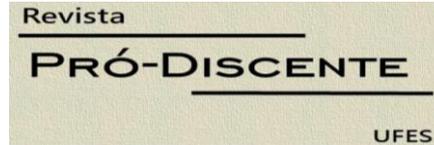
[...] o trabalho é bem desgastante porque tenho que fazer várias coisas ao mesmo tempo [...]. Chega certa hora que não quero mais trabalhar, então começo a enrolar, diminuir o ritmo [...]. Brinco com água, demoro lavando um carro e os tapetes (SOUZA, 2014, p. 133).

Como base em relatos como esse, a autora conclui que essas crianças e adolescentes não possuem “tempo de viver o brincar, eles vivem uma vida interdita [...], no entanto, a contradição aparece quando buscam formas de brincar com a mangueira do lava-jato”, por exemplo. Com isso, eles “buscam formas de driblar o trabalho infantil” (SOUZA, 2014, p. 182).

É importante destacar, ainda, a visão da autora do estudo de ter as crianças e os adolescentes como seus sujeitos de pesquisa:

[...] os achados revelados pelos discursos de crianças e adolescentes da Amazônia paraense podem nos guiar a outros caminhos, a outras pesquisas, no sentido de ouvir mais as crianças, os adolescentes, os pais, a escola sobre a participação desse grupo social no trabalho infantil, que provoque um movimento de ampliação das políticas sociais, para enfrentar e erradicar o trabalho infantil [...] (SOUZA, 2014, p. 182).

As crianças, portanto, estão entre aqueles que podem falar sobre suas experiências sociais. Mais que isso, suas manifestações revelam o que elas próprias sentem e interpretam a partir de suas experiências de vida. Seus testemunhos nas investigações podem levar-nos a outros caminhos, outras pesquisas, que podem enriquecer os estudos científicos.



Ambas as teses mencionadas mostram condições de vida difíceis da infância amazônica, denunciadas pelas crianças. Assim, é possível que as pesquisas com crianças revelem suas “vozes suaves, estridentes e, às vezes, melancólicas”, como afirma Souza (2009, p. 126). Com as crianças da Amazônia, podemos também refletir sobre as dores de viver a infância nesse contexto.

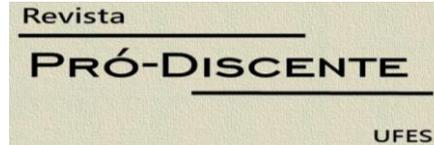
Destacam-se, agora, investigações que expressam alguns sabores do viver a infância na Amazônia e outras especificidades dessas crianças. Pamphylio (2010) analisou as concepções de criança e escola para crianças de cinco anos de uma escola pública do Amapá. Esse estudo indicou que as crianças percebem suas infâncias relacionadas ao brincar de forma livre, subir em árvores, tomar banho no rio, passear de bicicleta, brincar em casa, brincar na rua, brincar no quintal, brincar com os animais de estimação, andar de canoa, entre outras atividades desenvolvidas especialmente no ambiente natural. A escola é vista pelas crianças, principalmente, como um espaço prazeroso, um lugar onde se fazem amizades e um lugar onde se pode brincar.

Lima (2014, p. 26) investigou as narrativas de crianças ribeirinhas de Cametá (PA) sobre a Cobra Grande, com a finalidade de compreender “a permanência de matrizes orais no imaginário infantil”. A autora, como em um diálogo com a Cobra Grande, escreve sobre o que desejava saber sobre um dos objetos de pesquisa:

como em toda busca, precisei de uma “questão problema” que me impulsionasse durante minha jornada ao teu encontro; então elaborei um norte: **de que maneira os saberes da Cobra Grande, fazem parte do processo educativo das crianças ribeirinhas?** Diante dessa indagação, busquei traçar uma rota de encontro e responder [...] essa pergunta que norteou minha busca [...] (LIMA, 2014, p. 155, grifo da autora).

Em resposta à questão norteadora de investigação, a autora, ainda em diálogo com a Cobra Grande, descreve o seguinte: “tive como respostas gritos, ecos e suspiros de sujeitos pequeninos que ainda acreditam na sua existência, no poder de sua presença. As crianças te respeitam e respeitam quem conta sobre tuas aventuras, teus feitos e tuas peripécias” (LIMA, 2014, p. 156). O estudo identificou que a forte presença das histórias sobre a Cobra Grande no imaginário infantil decorre das histórias transmitidas pela comunidade, das experiências nos rios por onde as crianças transitam e das vivências de seus antepassados, das quais as crianças tomaram conhecimento.

Outro estudo, Moraes (2010), tratou das percepções de crianças de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no Pará, sobre suas infâncias. O **Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 12-32, jul./dez. 2019.



estudo indicou que as crianças veem a infância como um tempo de brincar, mas também como um tempo de participação nas atividades do MST em prol da conquista de direitos. As crianças participam de atividades específicas para elas, principalmente nas cirandas infantis, espaço formativo onde se discutem seus direitos e os princípios que fundamentam o MST.

A autora destaca que essas crianças “fazem parte de um movimento de luta pela terra” (MORAES, 2010, p. 155), o que influi na constituição de suas identidades. As crianças do MST são “testemunhas de lutas, marchas e ocupações” e assim são “coconstrutoras das lutas de seu povo”, firmando suas identidades como “Sem Terrinha” (MORAES, 2010, p. 155).

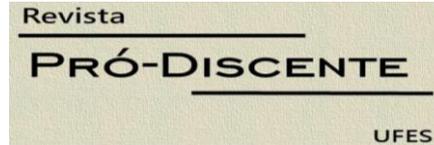
Weber (2015) pesquisou crianças indígenas da comunidade Assurini do Trocará, no Estado do Pará, com a finalidade de discutir os saberes e as práticas culturais presentes nas brincadeiras e nos brinquedos dessas crianças. Os dados apontaram que as crianças criam e recriam conhecimentos com base na observação e na convivência com os adultos. As brincadeiras “estão relacionadas com espaços e lugares da aldeia [...], por isso eles banham no rio, nadam, andam de canoa, pescam, brincam de arco e flecha” (WEBER, 2015, p. 108). Em sua íntima relação com a natureza, “sobem nas árvores, colhem frutos, desbravam as matas, conhecem plantas e ervas medicinais” (WEBER, 2015, p. 108). Em geral, as brincadeiras das crianças e a construção de seus brinquedos revelam as práticas cotidianas em que estão inseridas.

A autora constatou que as brincadeiras dessas crianças indígenas proporcionam-lhes “alegria, riso, liberdade e o aprendizado indispensável à vida” (WEBER, 2015, p. 108). A autora também destacou que, na comunidade Assurini, as crianças são respeitadas pelos adultos.

As crianças são seres respeitáveis no mundo do adulto. Eles são livres e têm seu tempo e espaço a seu dispor. Seu aprendizado é pela experiência e observação do mundo adulto, constroem valores, internalizam condutas e comportamentos, interagem com outras crianças, aprendem e ensinam descobrem valores e desenvolvem seu senso social, moral e estético a partir de seus brinquedos e brincadeiras (WEBER, 2015, p. 109-110).

Com isso, confirma-se a importância de respeitar as crianças e de acreditar em suas capacidades, de respeitar seus ritmos, seus espaços, suas necessidades – como as brincadeiras. A comunidade Assurini, conforme apontou a autora, é um exemplo desses processos, os quais contribuem para a alegria, o riso, a liberdade e o aprendizado das crianças.

Esses são alguns exemplos de pesquisas desenvolvidas com crianças na Amazônia. Esses estudos mostram a diversidade das vivências infantis, nesse contexto, e a sutileza da **Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 12-32, jul./dez. 2019.



experiência de conhecer mais sobre as crianças a partir delas próprias. Representam ainda olhares renovados sobre as crianças que nos convidam a compreender o caráter plural da infância.

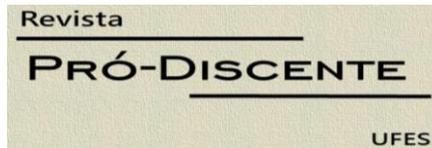
As pesquisas que envolvem as crianças no contexto amazônico revelam a complexidade desse cenário; por isso “[...] nossas mais profundas tentativas não dariam conta de tracejar de maneira única e sólida caminhos metodológicos de pesquisas com crianças”, pois a multiplicidade sociocultural existente na Amazônia “aponta para o diverso e para o complexo” (LIMA *et al.*, 2013, p. 25204). Assim, as estratégias metodológicas nas pesquisas com crianças também salientam o diverso; portanto, os caminhos metodológicos podem ser múltiplos. Nesse cenário de multiplicidade sociocultural, as crianças amazônicas podem ser assim percebidas:

[...] sujeitos que compartilham de uma riqueza sociocultural que fazem de cada uma, seres únicos, as quais [*sic*] resguardam uma história singular que converge para o entendimento de que a realidade Amazônica constitui diferentes realidades, portanto diferentes crianças que por sua vez instigam nossa necessidade de conhecer e aprender a sermos metodologicamente corretos e subjetivamente mais humanos (LIMA *et al.*, 2013, p. 25204).

Nesse sentido, observa-se que é necessário apontar as especificidades das crianças, por meio de discussões em grupos de pesquisa, em disciplinas da Graduação e da Pós-Graduação, em teses e dissertações, em artigos, em livros, enfim, no conjunto de estudos e produções científicas que compõem os conhecimentos epistemológicos relativos às crianças, a fim de se destacar sua singularidade e suas relações com seus contextos de vida cotidiana.

Tais conhecimentos podem ser construídos em sintonia com a perspectiva das crianças da Amazônia. Certamente, muito acrescentaremos aos estudos científicos se fizermos o exercício de aprender as vozes suaves, estridentes e melancólicas das crianças, o exercício de compreender também seus silêncios, entre outras linguagens manifestadas por seus corpos.

Em geral, fazem parte dos desafios das pesquisas com crianças no contexto amazônico o debate a respeito dessas pesquisas, o alcance das crianças na imensidão desse território, as discussões das demandas sociais desses sujeitos e a análise das identidades e diversidades dessas crianças. Somam-se a isso, os desafios nacionais e internacionais das pesquisas com crianças, em virtude da recente trajetória desse campo de investigação, que revela a necessidade de consolidação de bases teóricas e metodológicas que possam inspirar as muitas possibilidades de pesquisas *com* crianças.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

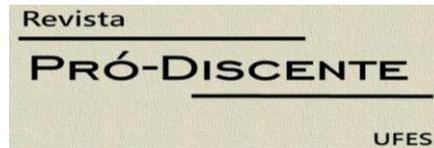
As estatísticas evidenciam que a Amazônia, especificamente a Região Norte, concentra o maior número de crianças do território nacional. Apesar disso, também são elevados os números em termos de desvantagens sociais relacionadas ao cotidiano em que vivem essas crianças. Isso revela que é tarefa das políticas públicas e dos estudos científicos observarem essas crianças, tanto para identificar as necessidades delas, quanto para conhecê-las.

Gobbi (2010, p. 3) descreve que existem estéticas brasileiras clamando para serem consideradas. Para a autora, diferentes grupos, como os indígenas, os quilombolas, os de centros urbanos, os do meio rural, entre outros grupos culturais e sociais “guardam em si manifestações culturais e estéticas” que, “embora presentes em nosso cotidiano”, pouco são conhecidas (GOBBI, 2010, p. 3). Essa ocorrência nos limita a padrões, a “modos de comportamento e de pensar”, que roubam nossa “capacidade de olhar para o diverso que se encontra diante de nós e aprender com isso” (GOBBI, 2010, p. 3).

Portanto, as crianças da Amazônia precisam ser consideradas tanto nas políticas públicas, quanto nos estudos acadêmicos. Além disso, é importante o exercício de olhar para o diverso em relação às crianças. A partir desse exercício, podemos refletir a respeito das crianças da Amazônia em estudos mais abrangentes que discutam a infância e em experiências particulares das crianças nesse contexto.

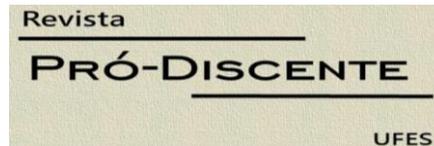
Por fim, é valioso ter as crianças como sujeitos nas investigações, como informantes privilegiados que dizem muito sobre suas infâncias. Este artigo é finalizado com palavras de Santos (2008, p. 15), com o desejo de que, a partir dos estudos *com* as crianças amazônicas, exercitemos novos olhares, a fim de acrescentar “uma luz nova à nossa perplexidade” diante das crianças:

tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer, mas que depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade.



REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Kátia Adair. **Formas de participação das crianças na Educação Infantil**. 2010. 334 f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2010.
- BECKER, Bertha Koiffmann Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005.
- BORGES, Gislaine de Souza; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Organização dos espaços por ambientes de aprendizagem: potencialidades para a ação educativa na educação infantil. *In*: FELIPE, Jane; ALBUQUERQUE, Simone Santos de; CORSO, Luciana Vellinho (Org.); **Para pensar a Educação Infantil: políticas, narrativas e cotidiano**. Porto Alegre: Evangraf: UFRGS, 2016. p. 161-181.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 16 nov. 2017.
- CORSARO, Willian Arnold. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DORNELLES, Leni Vieira; FERNANDES, Natalia. Estudos da criança e pesquisa com crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2015.
- FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009.
- FRIEDMANN, Adriana. **O universo simbólico da criança: olhares sensíveis para a infância**. Nepsid, 2014. Disponível em: http://territoriodobrincar.com.br/wp-content/uploads/2015/06/Adriana_Friedmann_O_Universo_Simbolico_da_Crianca.pdf. Acesso em: 16 nov. 2017.
- GARCIA, Regina Leite. Todas são crianças. Mas são tão diferentes... *In*: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Crianças, essas conhecidas tão desconhecidas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 9-29.
- GOBBI, Márcia. **Múltiplas linguagens de meninos e meninas no cotidiano da Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6678-multiplaslinguagens&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 nov. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
- Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 12-32, jul./dez. 2019.



https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 4 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.sh> tm. Acesso em: 4 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro [s.n], 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade**: 2015. Rio de Janeiro, [s.n.], 2017.

KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli; CARVALHO, Maria Cristina; KRAMER, Sonia. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 35-47, 2001.

LEE, Nick. Vozes das crianças, tomada de decisão e mudança. *In*: MÜLLER, Fernanda. **Infância em perspectiva**: políticas, pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010. p. 42-64.

LIMA, Kezya Thalita Cordovil. **Era uma vez... A Cobra Grande na voz dos pequenos intérpretes cametaenses**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

LIMA, Kezya Thalita Cordovil; MACEDO, Silvia Sabrina de Castro de; NASCIMENTO, Shirley Silva; SANTOS, Tânia Regina Lobato. Entre o quilombo, o rio e a cidade: pesquisas com crianças na Amazônia Paraense. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11; 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba [s.n.], 2013, p. 25195-25206.

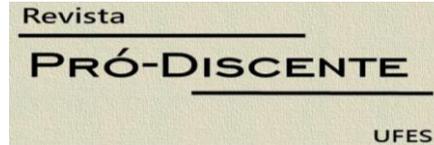
MARCELLO, Fabiana de Amorim; DORNELLES, Leni Vieira. Apresentação da seção temática: Estudos e pesquisas com crianças: desafios éticos e metodológicos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 5-10, jan./abr. 2015.

MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (Org.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 1, p. 33-64, jan/jun. 2015.

MORAES, Elisângela Marques. **A infância pelo olhar das crianças do MST**: ser criança, culturas infantis e educação. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 12-32, jul./dez. 2019.



MOTA, Marinete Lourenço. **A criança na fronteira amazônica: o viver no fio da navalha e o imaginário da infância.** 2016. 257 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Teoria e prática na pesquisa com crianças.** São Paulo: Cortez, 2009.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.** Brasília, DF: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

PAMPHYLIO, Marisônia Matos. **Os dizeres das crianças da Amazônia amapaense sobre infância e escola.** 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Tânia Regina Lobato dos; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Pesquisas com crianças em contextos da Amazônia: o *lócus* e temáticas dos estudos. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 27, n. 51, p. 161-178, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/4973>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr. 2015.

SOARES, Natália Fernandes; SARMENTO, Manuel Jacinto; TOMÁS, Catarina. Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. **Nuances: estudos sobre educação**, ano XI, v. 12, n. 13, p. 49-64, jan./dez. 2005.

SOUSA, Girliam Silva de; PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. Breve ensaio sobre a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais amazônicas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 2, p. 111-126, maio/ago. 2017.

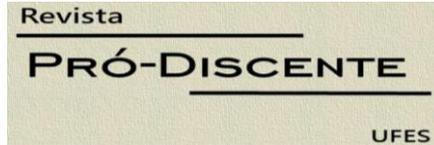
SOUZA, Ana Paula Vieira e. **As culturas infantis no espaço e tempo do recreio: constituindo singularidade sobre a criança.** 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SOUZA, Ana Paula Vieira e. **Trabalho infantil: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho.** 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

TREVISAN, Gabriela. Aprendizagens na construção de pesquisa com crianças e sobre as crianças. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 142-154, jan./abr. 2015.

VELOSO, Tiago; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. **Revista Novos Cadernos Naea**, v. 17, n. 1, p. 177-202, jun. 2014.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 12-32, jul./dez. 2019.



VERÍSSIMO, José. **Cenas da vida amazônica**. 4. ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2013.

WEBER, Sueli. **Crianças indígenas da Amazônia**: brinquedos, brincadeiras e seus significados na comunidade Assurini do Trocará. 2015. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

Trabalho recebido em: 15/09/2018

Aprovado em: 23/11/2019

Publicado em: 06/03/2020

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO CONFORME ABNT

TRINDADE, Marileia Pereira. Apontamentos sobre crianças da Amazônia e pesquisas com crianças. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 25, n. 2, p. 12-32, jul./dez. 2019.